

**REQUERIMENTO N.º \_\_\_\_\_, DE 2015**

(Do Sr. Geraldo Resende)

*Requer o desarquivamento de proposições.*

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fulcro no artigo 105, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o desarquivamento das seguintes proposições de minha autoria:

**PL 1699/2003** – Institui a Política de Prevenção e Controle dos Distúrbios Nutricionais e das Doenças Associadas à Alimentação e Nutrição no Sistema Educacional Brasileiro;

**PL 1823/2003** – Proíbe a criação de novos cursos de odontologia e a ampliação de vagas nos cursos existentes e dá outras providências;

**PEC 0161/2003** – Modifica o § 6º do art. 231 da Constituição Federal. (Garante ao colono, que possuir terras em áreas decretadas como de posse permanente dos índios, o direito de receber indenização no valor total do bem desapropriado; altera a Constituição Federal de 1988);

**PEC 225/2003** – Altera o inciso II do art. 29 da Constituição Federal, a fim de aplicar as regras de segundo turno a todas as capitais de Estados e nos Municípios com mais de cem mil eleitores;

**PL 3069/2004** – Dispõe sobre o atendimento diferenciado à mulher chefe de família nos programas habitacionais populares, e dá outras providências;

**PL 5036/2005** – Dispõe sobre a notificação compulsória de desnutrição;

**PL 3591/2004** – Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, proibindo as concessionárias e permissionárias de serviço público o registro de inadimplência em bancos de dados e cadastros de consumidores de caráter público;

**PL 3648/2004** – Acrescenta art. à Lei nº 9.049, de 18 de maio de 1995, facultando a afixação na Cédula de Identidade do registro da deficiência física do surdo;

**PL 5328/2005** – Acrescenta dispositivos ao art. 883 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a aplicação do princípio da desconsideração da personalidade jurídica na execução trabalhista;

**PL 6174/2005** – Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal do Pantanal, por desmembramento da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;

**PL 1619/2007** – Dispõe sobre a obrigação das prestadoras do Serviço Móvel Pessoal de enviar mensagem aos seus assinantes quando da realização de campanhas de vacinação;

**PL 1876/2007** – Torna obrigatória construção de área destinada à prática desportiva nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, da rede pública e privada, em todo o território nacional;

**PL 2598/2007** – Obriga os estudantes de Medicina, Odontologia, Enfermagem, Farmácia, Nutrição, Fonoaudiologia, Fisioterapia, Psicologia e Terapia Ocupacional, que concluírem a graduação em instituições públicas de ensino ou em qualquer instituição de ensino, desde que custeados por recursos públicos, a prestarem serviços remunerados em comunidades carentes de profissionais em suas respectivas áreas de formação;

**PL 3155/2008** – Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que "Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências", para tratar da identificação do veículo do idoso;

**PL 3368/2008** – Altera o § 3º do art. 10 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para reservar vaga de candidato às eleições

proporcionais por cada partido ou coligação para pessoas portadoras de deficiência;

**PL 3412/2008** – Altera o caput do art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, a fim de corrigir a omissão da Lei nº 11.662, de 24 de abril de 2008, no que se refere à mudança de fusos horários determinada por aquela lei, bem como altera as alíneas "b" e "c" do mesmo artigo, a fim de modificar o fuso horário do Estado do Mato Grosso do Sul em relação ao Meridiano de Greenwich, de "menos quatro" para "menos três horas";

**PLP 0399/2008** – Acrescente-se o inciso XXIX ao § 1º do art. 17 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

**PL 5075/2009** – Autoriza o Poder Executivo a instituir a Escola Técnica de Dourados, vinculada à Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD);

**PL 5325/2009** – Dispõe sobre a proibição de titular de cargo eletivo receber benefícios pecuniários provenientes de programas assistenciais;

**PL 5326/2009** – Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação de editais de concursos públicos impressos no Sistema Braille;

**PL 5531/2009** – Autoriza o Poder executivo a instituir Campus em Naviraí, do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

**PL 5730/2009** – Altera a Lei nº 9656, de 3 de junho de 1998, que “dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde”;

**PL 6076/2009** - Institui o dia 08 de dezembro como o Dia Nacional da Comunidade Paraguaia, com fundamento no § 2º do art. 215 da Constituição Federal.

**PL 641/2011** - Altera a Lei nº 11.771, de 2008, para acrescentar-lhe inciso estabelecendo multa aos meios de hospedagem que não cumprirem a diária de 24 horas, e dá outras providências;

**PL 781/2011** - Dispõe sobre a cobrança de taxa pelo corte de árvore com o fim de financiar a arborização urbana;

**PDC 50/2011** - Susta a aplicação do disposto no Decreto nº 5.844, de 13 de julho de 2006;

**PL 902/2011** - Concede isenção sobre produtos industrializados incidentes sobre motocicletas e bicicletas e reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidente sobre a receita bruta decorrente da venda, no mercado interno desses bens, quando adquiridos por Agente Comunitário de Saúde e por Agente de Combate a Endemias.

**PL 1012/2011** - Altera o art. 785 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que "institui o Código Civil".

**PL 1191/2011** - Altera o art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que "dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências"

**PL 1501/2011** - Estabelece a obrigatoriedade de caixa-preta para os automóveis novos a partir de 2014 e dá outras providências

**PL 1547/2011** - Acresce parágrafo ao art. 155 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal

**PL 1592/2011** - Proíbe o uso de robôs, softwares e programas de lances nos pregões eletrônicos.

**PL 1737/2011** - Acrescenta art. à Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, determinando que o direito à gratuidade da justiça não preclui e pode ser pleiteado a qualquer tempo.

**PL 1738/2011** - Dispõe sobre a Política Nacional de Vacinação contra a Leishmaniose animal.

**PL 3833/2012** - Acrescenta artigo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a remuneração do empregado readmitido, ou contratado por empresa integrante do mesmo grupo econômico.

**PL 4254/2012** - Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o cinto de segurança de três pontos em ônibus.

**PL 4255/2012** - Dá nova redação ao inciso I do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, alterando de dois para nove os dias em que o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário, em virtude de luto.

**PL 4445/2012** - Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que "Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências" para dispor sobre assentos preferenciais em aeronaves.

**PL 4446/2012** - Altera o do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências, para redefinir os cargos considerados no exercício de função policial-militar

**PL 4850/2012** - Denomina Campus João Totó Câmara o Campus do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul - IFMS, localizado em Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul.

**PFC 66/2012** - Propõe que a Comissão de Seguridade Social e Família realize com o auxílio do Tribunal de Contas da União - TCU,

fiscalização nos recursos Federais para a saúde, transferidos para o Município de Dourados nos anos de 2010, 2011 e 2012.

**PLP 341/2013** - Dispõe sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União em ações e serviços públicos de saúde.

**PL 5566/2013** - Acrescenta artigo à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a fim de estender ao pai viúvo as garantias asseguradas à gestante;

**PL 5668/2013** - Obriga a criação de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) em todos os estabelecimentos de educação básica e superior;

**PL 5669/2013** - Isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os veículos alocados ao transporte escolar, nas condições que estabelece;

**PL 5701/2013** - Altera a Lei nº 12.303, de 2 de agosto de 2010, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame denominado Emissões Otoacústicas Evocadas";

**PL 5823/2013** - Estabelece incentivo à geração de energia elétrica a partir da fonte solar, altera a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e dá outras providências;

**PL 5824/2013** - Institui a Semana Nacional da Saúde Vascular a ser celebrada em agosto de cada ano;

**PL 6998/2013** - Altera o art. 1º e insere dispositivos sobre a Primeira Infância na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

**PL 7818/2014** - Estabelece a Política Nacional de Captação, Armazenamento e Aproveitamento de Águas Pluviais e define normas gerais para sua promoção.

**PL 7819/2014** - Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, estabelecendo restrições à transmissão de eventos esportivos de lutas nos canais de TV aberta;

**PL 7858/2014** - Inclui o inciso VIII ao caput do art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, tornando obrigatório o uso de câmera de marcha à ré em todos os veículos automotores produzidos ou comercializados no Brasil;

Sala das Sessões, em 09 de fevereiro de 2015.

Deputado **GERALDO RESENDE**  
PMDB/MS